

A mídia e a educação científica: uma discussão sobre a cobertura da reforma do código florestal brasileiro pela Folha de S.Paulo

Elizabeth Moraes Gonçalves

*Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, Brasil.
bethmgoncalves@terra.com.br*

José Antonio Bonato

*Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
jabonato@uol.com.br*



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](#)

Resumo

O texto objetiva levar à reflexão sobre a importância do conhecimento científico para tomadas de decisões nos diferentes setores da sociedade, e sobre o compromisso da mídia em não restringir-se à cobertura factual, mas contribuir para o processo educacional. A reforma do Código Florestal brasileiro recebeu em 2011 atenção tanto no Congresso Nacional quanto na mídia. Deputados brasileiros aprovaram a proposta que prevê a ampliação do desmatamento sem ouvir os cientistas a respeito. A medida prejudica a meta brasileira de controle das emissões de gases que acentuam o efeito estufa. O jornal Folha de S.Paulo defendeu, em editoriais, a alteração da legislação e somente opinou a favor da manifestação dos cientistas depois que a medida tinha sido aprovada. A sociedade ficou à margem dessa discussão, pois não se construiu um conhecimento científico capaz de propiciar um entendimento sobre o significado de tal reforma e as consequências ambientais que afetam diretamente a vida no planeta. Este artigo analisa a cobertura da Folha de S.Paulo acerca dessa reforma do Código Florestal brasileiro do ponto de vista da Análise do Discurso e conclui que o contrato de leitura entre jornal e leitores revelou-se inadequado, pois se esperava mais análise e reflexão de temas de tamanha importância.

Palavras-chave: Comunicação. Ciência. Linguagem. Discurso. Mídia.

The media and science education: a discussion on the coverage of the newspaper "Folha de S.Paulo" about Brazil's Forestry Code Reform.

Abstract

The text aims to lead to a reflection on the importance of scientific knowledge for decision-making in different sectors of society and the commitment of media not to restrict itself to factual coverage, but to contribute to the educational process. The reform of the Brazilian Forestry Code in 2011 occupied large spaces both in Congress and the media. Brazilian Deputies approved the proposal on the expansion of deforestation without hearing scientists. This measure impacts the Brazilian goal of emissions of gases that enhance the greenhouse effect. The "Folha de S. Paulo" defended in editorials, the change in legislation but only supported in favor of the manifestation of the scientists after the measure had been approved. The society was left out of this discussion, because it was not built a scientific knowledge capable of providing an understanding of the significance of this reform and the environmental consequences that directly affect life on Earth. This article examines the coverage of the "Folha de S. Paulo" of Brazil's Forestry Code reform from the perspective of discourse analysis and concludes that the contract between reader and the newspaper has proved unsuitable, because it was expected more analysis and reflection of issues of such importance.

Keywords: Communication. Science. Language. Speech. Media.

1. Introdução

A percepção sobre a importância da ciência como fator de desenvolvimento e bem-estar aumentou expressivamente entre os brasileiros, segundo pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia de 2010¹, divulgada em janeiro de 2011 (BRASIL/MCT, 2010). Essa constatação é patente quando se compara o resultado da pesquisa recente ao da sondagem anterior, realizada em 2006. O universo de pessoas que manifestaram interesse pelo assunto saltou de 41% para 65% dos consultados.

Não obstante essa valorização dos temas científicos, a maioria dos entrevistados declarou não frequentar museus, bibliotecas, jardins botânicos, zoológicos e outros locais de divulgação da ciência. Há, portanto, um descompasso entre o apreço ao conhecimento científico e o acesso a esse bem cultural, a que os cidadãos têm direito garantido pela Constituição.

O aumento da preocupação com temas ambientais, apontado pela pesquisa, coincidiu com o debate, no Congresso, a respeito de mudanças no Código Florestal, legislação que estabelece as regras para o manejo dos recursos naturais em propriedades agrícolas. Essas discussões atingiram o clímax no mês de maio último, quando, em primeira

¹ Trata-se de uma pesquisa nacional promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com colaboração da UNESCO, com o objetivo principal de levantar dados sobre o interesse, grau de informação, atitudes, visões e conhecimento que os brasileiros (homens e mulheres com idade igual ou superior a 16 anos) têm da ciência e tecnologia.

votação, a lei florestal sofreu alterações na Câmara dos Deputados, dominada por parlamentares vinculados ao setor rural.

O Congresso não chamou os cientistas para opinar sobre as propostas de alterações no Código Florestal, para conhecer cientificamente o impacto que elas podem provocar. Sem a presença dos especialistas, o debate ficou caracterizado como uma disputa entre ambientalistas, acusados de defender interesses internacionais contra a agricultura brasileira, e ruralistas, que veem as restrições legais como prejuízos a seus negócios (publicamente, os deputados falam estar em defesa dos pequenos agricultores, da geração de empregos e da produção barata de alimentos).

O interesse público pela ciência não foi suficiente, também, para que esse debate não realizado no Congresso se desse nos meios de comunicação. Embora sejam empresas do segmento da indústria cultural que visem lucros, os meios de comunicação têm a obrigação de noticiar, de forma crítica, plural, assuntos de grande implicação social. Ainda que a mídia não tenha a educação como seu objetivo central, não se pode negar a responsabilidade do jornalista com o seu leitor, com a seleção do que veicula e com a forma como trata a informação. Assim, partimos do pressuposto de que o papel do jornalista não se esgota na informação. Ele pode contribuir para que o sujeito aprimore seu senso crítico, desenvolva um conhecimento útil para sua vida e para a sociedade.

Este artigo tem por objetivo mostrar um caso concreto de descaso pelo conhecimento científico num tema importante como é a reforma da lei florestal. Trata-se da cobertura a respeito do assunto, realizada no mês de maio, pela Folha de S.Paulo, um dos maiores veículos de comunicação do país. Em nenhum momento cientistas foram entrevistados pelos repórteres para dar sua opinião a respeito do impacto das mudanças no Código Florestal propostas pelos parlamentares. Essa necessidade de chamar os cientistas a opinar foi reclamada por articulistas do jornal antes da votação da reforma. Mas o jornal somente reconheceu a importância de os cientistas se manifestarem, e ainda assim com ressalvas, após a aprovação das mudanças pelos deputados, em primeira votação, na Câmara, no dia 24 de maio.

A leitura dos textos em análise foi subsidiada, principalmente, pelas contribuições teóricas de Mikhail Bakhtin (1997), Patrick Charaudeau (2006), Dominique Maingueneau (2005) e Eliseo Verón (2004). A questão que orienta esse esforço de pesquisa indaga se o

jornal cumpriu a contento o contrato de leitura com seu público leitor. Esse contrato supõe que todo enunciador leva em conta os receptores na formulação de suas mensagens. Estes, por sua vez, sabem o que encontrar no veículo que elegem para se informar. Questionamos, sobretudo, como a informação jornalística pode tornar-se conhecimento ou restringir-se ao factual.

1.1. Brasil distante da ciência

A evolução no grau de interesse em assuntos de Ciência e Tecnologia do brasileiro não se mostrou suficiente para que o posicionamento do país em pesquisa internacional que mede o nível de educação em ciência fosse eficiente: o Brasil é dos últimos colocados. O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA²), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD³), organização intergovernamental de países industrializados, visa a fornecer indicadores de alta qualidade de ensino. O Brasil participa dessa pesquisa, buscando conhecer as experiências internacionais existentes na área de avaliação educacional, além de comparar os resultados gerais do país com os dados de seus Estados. Procura-se, nessa pesquisa, avaliar o preparo do aluno para a vida, os conhecimentos e habilidades para enfrentar situações no mundo do trabalho, considerando que o aprendizado deve ir além do currículo escolar.

A pesquisa do PISA/2009 foi aplicada a 470 mil estudantes (20 mil deles brasileiros), nascidos em 1993. Os resultados apontam que o nível de educação no Brasil teve um crescimento bastante significativo de 2000 (primeira vez que a pesquisa foi realizada) a 2009 (última edição da pesquisa). Os únicos países que tiveram crescimento maior foram Chile e Luxemburgo. Porém, tal crescimento ainda não tira o país das últimas colocações no *ranking* dos 65 países que participam da pesquisa – o Brasil é o 53º em ciências e leitura e 57º em matemática (atrás do Chile, Uruguai e Colômbia, por exemplo). (BRASIL/MEC, 2009).

Tal pesquisa aponta, ainda, para maior preocupação em relação ao ensino das escolas públicas, que apresentam, em relação às privadas, rendimento inferior – situação que tem se perpetuado no país, na medida em que o Estado não investe em educação na proporção necessária.

² Em inglês: Program for International Student Assessment

³ Em inglês: Organization for Economic Cooperation and Development

Essa situação nos leva a repensar o contexto da educação de ciências na escola formal e, também, na educação pela mídia, tanto por meio da divulgação científica eficiente, quanto pela informação veiculada de forma crítica e contextualizada, objetiva e capaz de gerar no país uma cultura que possa fazer o brasileiro se orgulhar de sua participação social, não apenas por um melhor posicionamento nos *rankings* das pesquisas internacionais, mas na diferença que pode fazer na sua vida e na sua sociedade. Nesse sentido, professores e profissionais da Comunicação, em especial os jornalistas, têm a responsabilidade de repensar seus papéis em relação ao conhecimento que devem ajudar o brasileiro a construir. A educação deve ser mais comunicativa e a comunicação deve ser mais educativa.

1.2. O novo código e o contexto global

O direito a um meio ambiente sadio é uma garantia constitucional de todo cidadão brasileiro. Ele foi estabelecido na Constituição de 1988, intitulada “Constituição Cidadã”, como reflexo de uma preocupação global com a preservação do planeta, ameaçado pelo uso insustentável dos recursos naturais decorrente do estilo de vida consumista. A Declaração sobre o Ambiente Humano, elaborada em 1972, em Estocolmo, por iniciativa das Nações Unidas, quando se discutiu pela primeira vez a possibilidade de desequilíbrios ecológicos em escala global, serviu de fonte para o artigo 225 da Constituição brasileira, que versa sobre esse direito. Ele nos diz que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Em razão dessas discussões, em nível internacional, sobre o futuro da Terra, no final de 2009 o Brasil se comprometeu, perante outras nações, a reduzir, até o ano 2020, em cerca de 40% as emissões de gases de efeito estufa. O objetivo é evitar que a temperatura do planeta aqueça além de dois graus *Celsius* até o final deste século, o que acarretaria graves transtornos para os seres humanos. A promessa foi feita em Copenhague, num encontro mundial sobre o clima. Para cumprir esse compromisso internacional de combate ao aquecimento, o país precisa conter desmatamentos, sua principal fonte dos gases nocivos ao clima. Mas, na contramão do que sinalizou o Brasil, a Câmara dos Deputados, dominada por defensores do agronegócio, alterou, em maio de 2011, o Código Florestal, lei que é um instrumento importante para atingir a meta proposta pelo Brasil.

As alterações adotadas pelos parlamentares brasileiros tornam a legislação mais permissiva a desmatamentos e, logo, afrontam a Constituição e prejudicam o compromisso que o país assumiu perante a comunidade internacional. Os efeitos perniciosos da decisão já se fizeram sentir em alguns estados, antes mesmo de as alterações no Código Florestal terem sido aprovadas pelos deputados, no dia 24.

Confiantes na impunidade, representantes do agronegócio brasileiro vêm promovendo derrubadas de florestas antes mesmo de o Novo Código Florestal ter virado lei. Apesar de aprovado em primeira votação, o texto segue para apreciação do Senado e a sanção da Presidência da República⁴. O agronegócio diz que os críticos do desmonte da legislação estão a serviço de interesses internacionais. Preservar, segundo os ruralistas, prejudica a produção de alimentos, gera desemprego no campo e encarece o consumo de comida.

A nova legislação, se aprovada nas demais instâncias, permitirá atividades agropastoris em áreas naturais sensíveis, como margens de rios e córregos, topos de morros e encosta. Vai reduzir, também, a quantidade de matas às margens desses rios e córregos e eximir os produtores rurais de multas por desmatamentos feitos no passado recente. As reservas florestais exigidas pela lei em vigor variam conforme o tipo da vegetação que cobre as propriedades agrícolas. Elas oscilam de 20% a 80% das propriedades, dependendo do bioma. A nova legislação vai tornar essas reservas dispensáveis em propriedades de até 400 hectares, entre outras alterações.

1.3. Um imaginário de destruição

Durante a cobertura da votação do Novo Código Florestal, em maio, a Folha noticiou muitas tragédias ambientais e reforçou, no imaginário dos cidadãos, a impressão de que a degradação dos recursos naturais vem aumentando. Entre esses textos estão a ameaça de desertificação da região norte de Minas Gerais, devido ao desmatamento para a produção de carvão (9/5). A ameaça às araucárias no sul (18/5), o crescimento do desflorestamento na Amazônia (19/5) etc. Esses fatos e outros mais, veiculados por toda a mídia, consolidam a ideia, nos cidadãos, de que são necessárias medidas para combater as práticas ambientalmente insustentáveis.

⁴ Este artigo já estava pronto quando o texto do Novo Código Florestal foi aprovado, com modificações, pelo Senado, no dia 6 de dezembro. Agora, o texto está novamente sob análise da Câmara dos Deputados.

Pesquisa feita pelo Datafolha, publicada no dia 10 de junho, portanto depois da votação e aprovação do Novo Código Florestal, comprovou isso. Ela revelou que 85% dos brasileiros acham que se deve priorizar a proteção das florestas e rios, mesmo que a produção agropecuária seja prejudicada. A maioria (79%) demonstrou ser contra o perdão de multa para desmatamentos e ter tomado conhecimento da votação dos deputados (63%). Quase todos os brasileiros (91%) não aceitam atividades agropastoris nas Áreas de Preservação Permanente (APP) como várzeas, topos de morros, encostas e beira de rios e córregos. Em resumo, a sociedade repudia as mudanças no Código Florestal, e 77% dos cidadãos acham que a discussão deve ser adiada até que a ciência possa se manifestar.

Importante ressaltar que a pesquisa, embora tenha sido feita pelo Datafolha, instituto de pesquisa do jornal, foi encomendada, no bom sentido da palavra, pelas principais ONGs ambientais que atuam no país. A Folha, talvez devido ao custo da sondagem ou por achar que o assunto não merecesse essa atenção, não tomou a iniciativa de ouvir a opinião pública. Fica a dúvida se a divulgação do resultado da sondagem, durante o mês de maio e antes da votação, mudaria a conduta dos deputados.

2. O contrato de leitura

Esses fatos relacionados à cobertura da Folha sobre as modificações do Código Florestal ensejam uma análise do ponto de vista da concepção de contrato de leitura, uma vez que nos parece patente uma divergência entre a opinião da Folha e a da maioria da população, que é contra a reforma na legislação.

Não seria exagero dizer que o contrato de leitura entre o veículo e seu público-leitor tenha sofrido um pequeno estremeamento. O jornal, ao focar o debate no Congresso, pode ter emitido o sinal de que a discussão devesse ser lida nesse plano, político, em detrimento do plano científico. A julgar pelo resultado do Datafolha, a recepção não decodificou os textos nesses termos como, talvez, quisesse o emissor.

Vejamos isso melhor. A ideia segundo a qual o ato de comunicação ocorre numa interação entre enunciador e enunciatário está presente em importantes teóricos da Análise do Discurso, entre eles Mikhail Bakhtin, Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau e o argentino Eliseo Verón, entre outros. Esse posicionamento coloca por terra a concepção linear, funcionalista da comunicação, que pressupõe um receptor passivo, no mero papel de

decodificar, sem problemas, a mensagem do emissor. No modelo interacional proposto pelos autores citados, o receptor é ativo e influi na produção do discurso. Para Bakhtin (1982, apud MACHADO, 2005), por exemplo, tanto o enunciador quanto o enunciatário desempenham papel ativo nas trocas simbólicas.

Quando considera a função comunicativa, Bakhtin analisa a dialogia entre ouvinte e falante como um processo de interação ativa, quer dizer, não está no horizonte de sua formulação o clássico diagrama espacial da comunicação fundado na noção de transporte de mensagem de um emissor para um receptor, bastando, para isso, um código comum. Para Bakhtin, tudo o que se afirma sobre a relação falante/ouvinte e da ação do falante sobre um ouvinte passivo não passa de “ficção científica”, um raciocínio raso que desconsidera o papel ativo tanto de um quanto de outro sem o qual a interação não acontece. (MACHADO, 2005, p.156)

Dessa perspectiva, o enunciador, no caso os meios de comunicação, produz seus textos levando em conta o público ao qual destina suas mensagens. Ainda, segundo Machado (2005, p. 156), todo discurso só pode ser pensado como resposta. “O falante, seja ele quem for, é sempre um contestador em potencial.”

A exemplo de Bakhtin, Dominique Maingueneau (2005, p. 71) considera que a produção de discursos não é um ato unilateral, unívoco, estabelecido pelo emissor da mensagem, mas uma ação que leva em conta também o receptor em sua formulação. A comunicação, portanto, é o resultado de uma interação entre os interlocutores, e não o efeito de uma ação unívoca. O autor utiliza os conceitos de “*ethos*”, “*ethos* pré-reflexivo” e de “fiador” para explicitar essa relação entre as instâncias da enunciação e recepção:

O *ethos* do enunciador se traduz ao leitor por meio da conjunção de diferentes elementos: o *ethos* pré-discursivo, o que se espera desse enunciador, considerando o estilo da publicação, seu público e seus objetivos comerciais; o *ethos* discursivo ou mostrado, ou o tom que assume ao elaborar o texto, *ethos* dito - fragmentos do texto em que o enunciador evoca sua própria enunciação: diretamente [...] ou indiretamente, por exemplo, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala (MAINGUENEAU, 2005, p.71).

Ruth Amossy (2005, p. 125) fala numa imagem que o locutor faz de si mesmo e do público ao qual se dirige como produtor do discurso, ou seja, na relação responsiva entre as duas instâncias da comunicação:

Desempenha papel essencial no estabelecimento do *ethos* a idéia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso. Para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma doxa, isto é, que se indexem em representações partilhadas. É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes, mesmo se se tratar de modelos contestatórios.

Assim, os leitores da Folha de S.Paulo sabem exatamente o que esperar desse veículo quando abrem o jornal para se informar. A confiabilidade transmitida, a expectativa dos leitores sobre a veracidade do que esse veículo divulga (o que Maingueneau chama de “*ethos pré-reflexivo*”) garante o sucesso comercial da publicação e funciona como estratégia para manter a audiência fiel e ampliar sua credibilidade ou capital simbólico.

Charaudeau (2006, p.114) considera duplo o processo das trocas simbólicas entre mídia e consumidores. Esse processo consiste nas fases de transformação e transação. Estas fazem com que a notícia seja produzida conforme o enunciador imagina ou concebe o destinatário e vice-versa. Portanto, mais uma vez a noção de que a comunicação não se faz num modelo linear, mas numa interação entre emissor e receptor.

Já Verón (2004, p.216) afirma que todo discurso nunca produz um único efeito, mas “desenha, ao contrário, um campo de efeitos de sentidos”. Para o autor, não existe causalidade linear no universo do sentido, ou seja, mais uma vez o modelo tradicional, funcional, de comunicação é rejeitado. Ao mesmo tempo, Verón diz (p. 217-218) que todo discurso possui um dispositivo de enunciação que comporta três características: 1) a imagem de quem fala (o enunciador). Essa imagem relaciona aquele que fala com o que diz; 2) a imagem daquele a quem o discurso é endereçado (o destinatário) e, 3) a relação entre o enunciador e o destinatário.

Esse dispositivo de enunciação, que o teórico argentino chama de “contrato de leitura”, pode ser “coerente ou incoerente, estável ou instável, adaptado a seus leitores ou mais ou menos inadaptado” (VERÓN, 2004, p. 218). Será coerente, adaptado e estável, obviamente, quando construir corretamente seu destinatário.

2.1. A imagem de si na Folha de S.Paulo

Em sua página na internet, o diário Folha de S.Paulo informa que possui cerca de 2,4 milhões de leitores em todo o território nacional. O veículo afirma ser um dos mais influentes do Brasil. A empresa publica em sua página que a maioria (70%) de seus leitores é das classes AB. Depois deles, vêm os 28% da classe C e os 2% das classes DE.

Há um equilíbrio entre leitores homens (51%) e mulheres (49%). Aqueles que ganham até R\$ 2.999 representam 46% do leitorado, contra 47% dos que declaram ganhar acima desse valor.

Pesquisas sobre o perfil do público leitor, realizadas pela Folha de S.Paulo, indicam que grande maioria dos que assinam ou compram o diário nas bancas (93%) acredita que a educação é o caminho para um futuro melhor. Essa maioria de leitores mantém-se em dia com os avanços tecnológicos (62%), prefere produtos de empresas que apoiam projetos sociais e culturais (66%) e aceita pagar mais caro por produtos de qualidade. (FOLHA de S.PAULO, 2011).

Ao considerar as notícias e as ideias como “mercadorias a serem tratadas com rigor técnico” e que a democracia se baseia no “atendimento livre, diversificado e eficiente da demanda coletiva por informações”, o veículo assume seu papel de indústria cultural no mercado de informações, cuja lógica, segundo Patrick Charaudeau (2006, p. 13), é dupla:

De um ponto de vista empírico, pode-se dizer que as mídias de informação funcionam segundo uma dupla lógica: uma lógica econômica que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo (os meios tecnológicos acionados para fabricá-lo fazendo parte dessa lógica); e uma lógica simbólica que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública.

Do ponto de vista dessa lógica simbólica e do pluralismo, um de seus pilares editoriais, o jornal abriu espaço para diferentes opiniões a respeito do Código Florestal. Embora cientistas de renome não tenham sido entrevistados para se manifestar sobre as propostas dos parlamentares, que, em sua maioria, atuaram em favor dos interesses econômicos, articulistas do jornal como Janio de Freitas (dias 8 e 12) e Marina Silva (dia 1º) chamaram a atenção para a necessidade de se discutir a questão de forma menos apressada e ser ouvida a opinião dos membros das academias de ciências. Em contraponto ao posicionamento dos dois, no dia 14 de maio, a senadora Kátia Abreu (PSD), presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), defendeu as alterações na lei florestal, desejadas pelo setor rural, em nome do que ela chamou “real consenso político”.

2.3 Informação e Conhecimento

Há que se diferenciar informação de conhecimento; enquanto este é construído, aquela é adquirida. A informação deve ser processada e relacionada aos dados do repertório do indivíduo para poder ser incorporada e fazer parte de uma construção cognitiva. Portanto, o acesso fácil que se tem hoje ao número ilimitado de dados, de informações, sobretudo com o advento e evolução da Internet e da WEB, não garante uma

produção de conhecimento qualitativa, no sentido de tornar o indivíduo apto a atuar nas decisões políticas do seu país, de participar de discussões de temáticas que o afetam diretamente.

No âmbito da divulgação científica, a mídia atende às expectativas do público de cada publicação, porém, está longe de atender a esses anseios de participação que o domínio do conhecimento científico poderia propiciar ao indivíduo, seja pelo excesso de preocupação em atender ao rigor científico, seja pela preocupação em atender o anunciante nas relações comerciais.

As revistas especializadas em divulgar ciência para o público leigo informam sobre os avanços da ciência, tecnologia e inovação. Porém, na maioria das vezes, ou tendem a reproduzir a linguagem da ciência, com o predomínio do jargão do cientista, ou, no intuito de tornar a informação mais acessível, afastam-se totalmente do científico, negligenciando, por exemplo, dados da metodologia da pesquisa, citação de fontes relevantes, reduzindo a ciência ao cotidiano.

No primeiro caso tem-se a ratificação da imagem da ciência elitista, para poucos, coisa difícil, inacessível. No segundo caso, a ciência reduz-se ao pitoresco, ao fantástico, ao divertido. São diferentes processos de divulgação científica, diferentes discursos que mostram a edificação de linguagens e conteúdos responsáveis pela organização de um vínculo social importante para as duas extremidades do processo – o veículo e o leitor.

A grande mídia não dá destaque para a ciência, a menos que o dado científico possa atingir diretamente a vida do leitor, como no caso das ciências da saúde, ou que determinada pesquisa seja, realmente, pauta com destaque internacional. Porém, muitas iniciativas estão sendo colocadas em prática – são os museus de ciências que se espalham nas cidades e atraem a atenção, sobretudo de crianças e adolescentes; programas de televisão, em especial nas TVs segmentadas, têm investido em trazer ao público a ciência com documentários, com a desmistificação da imagem da ciência e do cientista, com entrevistas com grandes cientistas, falando sobre suas pesquisas, com programas voltados para o público infantil, expondo a ciência como mais um assunto da vida e não como algo apenas para ser estudado na escola e descartado logo em seguida, a exemplo da rica metáfora do corredor de macarrão construída por Rubem Alves (2011, on line): “A memória não carrega conhecimentos que não fazem sentido e não podem ser usados. Ela

funciona como um escorredor de macarrão. Um escorredor de macarrão tem a função de deixar passar o inútil e guardar o útil e prazeroso”.

2.4. Uma leitura da Folha de S.Paulo

Em termos quantitativos, houve predominância, nos conteúdos opinativos da Folha de S.Paulo (artigos, ilustrações e charge), de vozes contrárias às alterações. Não obstante, a opinião do jornal não coincidiu com essas vozes contrárias. A empresa defendeu, em editoriais, alterações na lei. Ainda, demonstrou simpatia pelo posicionamento do setor agropecuarista, responsável por 30% do PIB (Produto Interno Bruto).

Nesse período, o jornal publicou, em seus espaços de opinião, política e economia, dois editoriais, sete artigos e uma charge a respeito da lei florestal. Já os textos não opinativos, como é o caso das reportagens e infográficos, foram veiculados nas editoriais de Ciência e Poder. Foram 15 reportagens e nove infográficos. Em nenhum momento cientistas foram entrevistados pelos repórteres para dar sua opinião a respeito do impacto das mudanças no Código Florestal propostas pelos parlamentares. Essa necessidade de chamar os cientistas a opinar foi reclamada por articulistas do jornal antes da votação da reforma. Mas o jornal somente reconheceu a importância de os cientistas se manifestarem, e ainda assim com ressalvas, após a aprovação das mudanças pelos deputados, em primeira votação, na Câmara, no dia 24 de maio.

O ponto de vista do jornal sobre o tema foi apresentado em editoriais nos dias 13 e 30 de maio. No período analisado, não foram ouvidas ou foram ouvidas de forma não satisfatória as opiniões de cientistas sobre a questão. A ciência comparece nos textos em alusões indiretas. Predominou o debate político.⁵

Talvez, percebendo esse posicionamento não adequado, a Folha, no editorial do dia 30, opinou pela conveniência de se ouvirem os pesquisadores científicos. O jornal, no entanto, defende que as avaliações dos especialistas ocorram no prazo máximo de um ano, em vez dos dois anos anunciados como necessários pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciência (ABC). O veículo de

⁵ No dia 30 de maio, a Folha considerou, em editorial, uma falha “grave” a Câmara dos Deputados não ter ouvido a opinião de cientistas na elaboração da reforma do código. A reclamação fora feita antes pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e pela Academia Brasileira de Ciências. O jornal considerou uma “irracionalidade” não ouvir os acadêmicos. Essas duas ressalvas podem ser feitas também à própria Folha, no período analisado, por se tratar de tema de indiscutível relevância pública.

comunicação justificou esse posicionamento, afirmando que o Código Florestal precisa ser alterado antes da conferência internacional Rio+20, prevista para julho de 2012, durante a qual, talvez, as pressões conservacionistas seriam maiores.

As reportagens sobre a reforma do Código Florestal veiculadas pela Folha de S.Paulo no período pesquisado versaram, basicamente, sobre as polêmicas políticas em torno da questão. De um lado, o governo, que se posicionou contra a maioria das mudanças, de outro, a maioria da Câmara, defendendo os interesses dos ruralistas. Essas reportagens foram publicadas na seção Ciência, que, normalmente, ocupa página ímpar do caderno Cotidiano, embora às vezes surgissem no caderno Poder, dedicado à política.⁶

A maioria dos textos foi produzida em Brasília, sucursal que cobre os três poderes, e assinada pelos jornalistas Claudio Angelo, Márcio Falcão, Breno Costa, Cátia Seabra e Ana Flor. Os textos são informativos, ou seja, não opinativos, e os profissionais se esforçam para demonstrar distanciamento e imparcialidade em relação ao tema, buscando criar o efeito de sentido de objetividade. Os jornalistas se limitaram a ouvir cada lado da questão, como se cada um desses lados tivesse o mesmo peso, como se o mais importante para a sociedade fosse conhecer as razões de cada parte envolvida na disputa, e não os reflexos que as alterações da lei terão para os cidadãos.

Para tanto, os profissionais teriam de ter ouvido a opinião dos cientistas, o que praticamente não ocorreu. São feitas duas menções a cientistas nas reportagens do período. No dia 3 de maio, texto de abertura da página C11 assinado por Claudio Angelo e com o título “Relator cede e tira anistia da nova lei florestal” cita os especialistas, rapidamente, a propósito da divergência entre ruralistas e governo a respeito da quantidade de mata que deve haver nas margens de cursos d’água.

Outra referência aos profissionais da ciência ocorre somente no dia 31 de maio, num texto abaixo da dobra, na página C11, assinado pelo jornalista *free-lancer* Marco Varella. Intitulado “Carta de cientistas critica nova lei florestal”, a reportagem menciona o impacto para a população de anfíbios decorrente das mudanças no código. A carta foi publicada originalmente, segundo a reportagem, na revista especializada *Science*.

⁶ No dia 17 de outubro, o jornal publicou uma reportagem na página A7, na editoria de Poder, informando que cientistas “elevaram o tom” contra as mudanças no Código Florestal porque não foram ouvidos sobre a questão.

Afora esses dois exemplos, não há participação, nos textos informativos, de especialistas sobre meio ambiente. O critério quantitativo balizou as discussões. O foco das reportagens se concentrou em informar quantos metros ou hectares de matas devem ser mantidos ou suprimidos nas margens de rios ou nas fazendas de até 400 hectares. Os textos não noticiaram os impactos das medidas, tampouco as vantagens para a sociedade da preservação das matas, sua função para o solo, o clima ou a produção de água. Essas informações poderiam levar o leitor a posicionar-se mais claramente contra a aprovação da reforma proposta. Os políticos, embora seus interesses econômicos prevaleçam, poderiam ter tratado da questão por diferentes abordagens. Nesse sentido é que somos levados a defender a ideia de que a educação leva à ação social consciente e o desconhecimento leva à passividade.

Um exemplo eloquente dessa obsessão pelo aspecto quantitativo da questão foi o infográfico que o jornal publicou durante toda a cobertura da discussão na Câmara. Com pequenas alterações, esse quadro, ou arte, no jargão jornalístico, foi repetido oito vezes, entre os dias 3 e 26, informando o que são as chamadas áreas de preservação permanente (APPs), suas proporções atuais e as dimensões que poderão assumir a partir da reforma da lei. Nenhuma vez foram incluídas informações a respeito da função dessas matas para a flora, a fauna ou mesmo para a preservação dos recursos hídricos.

Em reportagem intitulada “O Código Florestal ao arripio da ciência”, veiculada na revista da Universidade Estadual Paulista (Unesp), as jornalistas Giovana Girardi e Andreia Fanzeres arrolaram as consequências desastrosas que a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados provocarão no meio ambiente. A reportagem, publicada em outubro de 2010, revelou que a redução de matas ciliares acarretará menos produção de água, o encarecimento do tratamento, nas cidades, dessa água para consumo humano, a diminuição de anfíbios e o conseqüente aumento da população de insetos, queda na população de peixes e alterações climáticas, entre outros efeitos nocivos.

As duas jornalistas questionaram o deputado comunista Aldo Rebelo, atual ministro dos Esportes e relator das propostas de mudança da lei, a respeito da falta de embasamento científico. Rebelo respondeu que “não deu para ouvir pessoalmente esse ou aquele pesquisador. Há muitos pesquisadores” (GIRARDI, FANZERES, 2010, p. 22).

A necessidade de ouvir os cientistas, antes da votação e aprovação da proposta, no dia 24 de maio, foi sugerida na Folha de S.Paulo pelos articulistas Marina Silva e Janio de Freitas. No dia 1º de maio, a ex-senadora, ex-ministra do Meio Ambiente e ex-candidata a presidente da República pelo PV escreveu na página A3 sobre a urgência de especialistas se manifestarem sobre a questão. O mesmo escreveu o jornalista Janio de Freitas, do conselho editorial da Folha, no dia 8 de maio. No artigo sob o título “Um código contra o Brasil”, na página A6, ele sustenta que

A recusa ao bom senso e à voz da população é o princípio básico que pretende levar à votação nesta semana, por acordo às pressas na Câmara, um farto corpo de regras fundamentais para o Brasil – o novo Código Florestal, que dormitou por seguidos anos no Congresso. A voz mais habilitada para falar pela população sobre o tema, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, considera necessários uns dois anos de apreciação rigorosa da matéria antes da votação, tamanhas são as implicações do novo Código. A SBPC está ignorada pelo Congresso e pelo governo.

A Folha acaba opinando pela necessidade de se consultarem os especialistas a respeito da reforma somente na edição do dia 30, quando a proposta já havia sido aprovada. Mas o jornal discorda que seja necessário prazo de dois anos para a produção de um parecer acadêmico sobre o impacto das mudanças na lei florestal. O jornal, conforme já mencionado, defende que esse parecer seja feito em 12 meses e as alterações na lei aprovadas antes da conferência internacional Rio+20, prevista para julho de 2012.

Não é difícil notar que o jornal demonstra simpatia pela reforma da lei florestal, a bandeira dos ruralistas. Isso pode ser constatado em alguns trechos do editorial do dia 30, intitulado “Impasse na Floresta”. O veículo de comunicação afirmou rezear que o texto aprovado pela Câmara venha a receber, no futuro, vetos da presidente Dilma Rousseff (PT). Na opinião da empresa, isso “Seria péssimo. Primeiro porque frustraria a expectativa de milhares de produtores rurais, que se consideram injustiçados pela legislação atual. Em alguns casos, afinal, ela os obriga a imobilizar mais de 80% da terra” (FOLHA, 2011, p. 2).

Outras declarações do jornal, simpáticas à causa ruralista ou, no mínimo, a favor da reforma da lei, podem ser encontradas no editorial do dia 13 de maio, “O campo e a floresta”, que, a exemplo do acima mencionado, foi publicado abaixo da dobra na página A2. No texto, a Folha lembra que a lei em vigor não é cumprida e o fato de vir sendo cobrada sua execução, pelas autoridades ambientais, criou “insegurança jurídica” aos agropecuaristas. Por isso, escreveu o jornal, “Esgotou-se agora a paciência do setor agropecuário”, que

resolveu mudar a legislação. A publicação finaliza o editorial, conclamando a bancada ruralista a votar a favor de uma “posição intermediária”, uma mescla das suas propostas com as do governo, contrário à reforma nas proporções desejadas pelo agronegócio. Principalmente em razão do risco de futuras retaliações comerciais contra o Brasil no mercado externo.

Aquele cidadão que declarou ter muito interesse em assuntos científicos na pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia poderia agora fazer a seguinte pergunta à Folha: com base em que o jornal acha conveniente uma “posição intermediária” entre as propostas do agronegócio e do governo? Com base em que o jornal defende essa posição? Na ciência, pelo visto, não é, porque o jornal não deu a importância científica que a questão tem, focando-a mais como uma disputa política e econômica. Não seria igualmente “grave” e “irracional” opinar sobre a lei florestal sem ter ouvido o parecer dos cientistas, como criticou a Folha no editorial do dia 30, em relação aos deputados? Mas, para perguntar dessa forma seria necessário, além do interesse pelo assunto, mais conhecimento, ou seja, que a educação de ciência fosse mais efetiva.

Para alguns teóricos, o jornalismo científico é “quase sempre visto como uma atividade decorrente da própria atividade científica, uma extensão quase natural desta” (MEDEIROS, 2003, p. 87). Se isso é verdade, podemos concluir que os jornalistas que escrevem sobre ciência precisam possuir, também, algumas características dos cientistas profissionais, entre elas o rigor na investigação dos temas sob sua atenção, principalmente pela relevância social implícita.

No fundo, o que se almeja é uma conduta similar àquela que se espera do cientista: rigor na manipulação dos dados; absoluta correção de linguagem; certeza completa quanto à informação transmitida; consciência de que se está produzindo algo de interesse da sociedade etc. (MEDEIROS, 2003, p. 87).

Segundo Manuel Calvo Hernando, o jornalismo dedicado à ciência e à tecnologia tem três funções essenciais: divulgar, interpretar e controlar os conhecimentos. Nesta última função, a de controlador,

exerce vigilância para que as decisões políticas não menosprezem os descobrimentos científicos, nem os apliquem indevidamente, e para que tenham em conta as necessidades do indivíduo e da sociedade. (Apud MEDEIROS, 2003, p. 88).

Ainda que a mídia não tenha a educação como seu objetivo central, não se pode negar a responsabilidade do jornalista com o seu leitor, com a seleção do que veicula e com

a forma como trata a informação. Assim, partimos do pressuposto de que o papel do jornalista não se esgota na informação. Ele pode contribuir para que o sujeito aprimore seu senso crítico, desenvolva um conhecimento útil para sua vida e para a sociedade. A escola deveria contribuir não apenas para formar o estudante, mas para torná-lo um cidadão melhor, mais atuante e consciente de seus direitos e deveres, ou seja, para uma atuação social eficiente.

É preciso dar saltos para compensar em parte o tempo perdido. Mais do que isso. A velocidade das transformações exige urgência. Na educação, na ciência e na tecnologia estão as esperanças do Brasil. Em outras palavras, no conhecimento e no seu poder para modificar o regime de desigualdades vigente. Educação e ciência para todos fazem aumentar o cerco à exclusão, ajudam a reduzir a marginalidade e a violência e contribuem para instaurar um clima social favorável ao desenvolvimento. (WERTHEIN, 2003, p.180)

Acreditamos que tenha faltado essa preocupação social nos editoriais e nas reportagens publicadas pela Folha, em maio. Em que pese a linha editorial da empresa se pautar pela independência editorial e pelo pluralismo, numa cobertura como a reforma do Código Florestal não se justifica uma conduta “imparcial” ou mesmo “neutra” como as reportagens quiseram demonstrar. Esse comportamento pode ser buscado em outros editoriais, como os de esporte ou política, por exemplo, mas não parece adequada quando o assunto é meio ambiente.

É curioso, também, que uma publicação da qualidade editorial da Folha tenha dado pouca atenção para o contexto global no qual as discussões sobre a legislação brasileira ocorrem. O compromisso internacional de reduzir os gases de efeito estufa assumido pelo Brasil e o fato de os desmatamentos serem a causa número um da emissão desses gases não foram mencionados, nem sequer uma vez, no conjunto de textos analisados. A conduta da Folha na cobertura da reforma do Código Florestal demonstrou falta de sensibilidade científica e crítica. Isso é o que deseja a maioria dos brasileiros ouvidos por pesquisas do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 2010, e em junho deste ano pelo Datafolha.

3. Considerações finais

Os debates na Câmara dos Deputados referentes ao Código Florestal foram amplamente divulgados pelos meios de comunicação. Maio foi o período no qual as tensões chegaram ao clímax. É de bom tom acreditar que cientistas teriam muito a dizer sobre o tema. Além de aumentar a emissão de gases que causam o efeito estufa, os

desflorestamentos provocam outros impactos profundos no meio ambiente. Os especialistas são os mais aptos, em tese, para informar a sociedade a respeito disso. Mas o conjunto de textos que esta pesquisa analisou constatou que os cientistas pouco participaram desse diálogo, praticamente monopolizado pelos discursos político e econômico.

Artigos, reportagens e editoriais foram produzidos de perspectivas nas quais o discurso científico comparece de maneira discreta. A cobertura das discussões em torno do Código Florestal foi feita, majoritariamente, no âmbito dos poderes Legislativo e Executivo. A tarefa mobilizou cinco repórteres da Folha. As reportagens buscaram criar um efeito de sentido de objetividade, distanciamento e neutralidade. Esse posicionamento “neutro” favoreceu o setor mais forte da disputa em torno das mudanças no código, no caso, os ruralistas, que foram poupados de críticas.

Com o propósito de ser didático, o jornal esquematizou as mudanças defendidas na lei em material ilustrado, conhecido como arte, que acompanhou os textos. Mas em nenhum momento informou, seja nos infográficos ou em textos, qual a importância da vegetação para a proteção do solo, da água, para a manutenção da biodiversidade. Os quadros foram apresentados como se a questão fosse plantar mais ou menos vegetação, como é o caso dos reflorestamentos em APP.

As ilustrações mostraram as regras atuais e as alternativas propostas em relação às reservas legais e às áreas de preservação permanente (APP). Esse material acompanha textos cuja voz prevalente, repita-se, é a política, em detrimento de outras vozes, outros posicionamentos e opiniões.

A cobertura das alterações no código se somou a várias outras reportagens relacionadas ao meio ambiente, veiculadas no período, sobre desastres e ameaças ambientais no Brasil e no mundo. Os textos acabaram contribuindo para mostrar a urgência da questão para os leitores. Eles reforçaram a percepção de que o uso insustentável dos recursos tem provocado tragédias, o que parece estar consolidado no imaginário coletivo no tempo presente. Nesse sentido, pode-se dizer que os textos reforçam o descompasso entre o Legislativo brasileiro e o contexto global, que acima mencionamos.

O espírito da época é o da conservação, mas, no país que possui a maior biodiversidade do mundo, o poder político-econômico demonstra não estar em sintonia com ele. Do ponto de vista editorial, a Folha de S.Paulo se manifestou a favor de reformas na lei

ambiental. A posição do jornal não coincidiu exatamente com a opinião dos representantes do agronegócio no Congresso, mas seu posicionamento vai ao encontro do setor. Por tabela, a empresa jornalística elegeu o interesse econômico, e não o ambiental-conservacionista, como prioritário. Prevaleceu a lógica econômica, sob o argumento de que a lei florestal deve ser “modernizada”.

As opiniões que o jornal emitiu a respeito do Código Florestal, na página A2, não tiveram destaque. Os editoriais foram publicados abaixo da dobra. O posicionamento do jornal, no entanto, está em harmonia com seus princípios editoriais, entre os quais o pluralismo, a independência e o apartidarismo. Isso ficou demonstrado com a divulgação de opiniões diferentes das sustentadas pela empresa. É o caso dos artigos do jornalista Janio de Freitas, da ex-senadora Marina Silva e da presidente da Confederação Nacional da Pecuária e da Agricultura (CNA), senadora Kátia Abreu, entre outros textos.

Não obstante, o dispositivo de enunciação do discurso jornalístico, no caso o da Folha, definiu, ao construir seu lugar, um destinatário cuja imagem não condiz com a dos leitores-receptores, em sua maioria contra desmatamentos. Nesse sentido, para usar expressão de Verón (2004, p. 218), o dispositivo de enunciação do enunciador-jornal revelou-se instável, incoerente e pouco adaptado a seus leitores.

Evidentemente não se espera que o cidadão/consumidor domine todos os termos do jargão técnico ou científico, mas seria muito bom se pudesse dominar o conteúdo das mensagens para poder participar da sociedade e atuar efetivamente nas suas mudanças. Da mesma forma, deveria pensar o profissional da comunicação, ao elaborar suas mensagens, que sua função vai além de informar. Que comunicar implica considerar o outro como sujeito do processo. Só assim a comunicação eficiente poderia contribuir para uma sociedade mais justa, com um desenvolvimento que significasse evolução e com uma informação educativa que gerasse conhecimento.

Referências

ALVES, Rubem. **Sobre moluscos e homens**. Disponível em:

<http://www.rubemalves.com.br/sobremoluscosehomens.htm>, acesso 20/03/2011.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Resultados preliminares PISA/2009**. Disponível em <http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00001872.pdf>. Acesso em 15/03/2011.

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Percepção pública da Ciência e Tecnologia no Brasil** – resultados da enquete de 2010. Disponível em:

http://www.fiocruz.br/museudavida_novo/media/enquete2010.pdf. Acesso em: 15/03/2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo : Contexto, 2006.

FOLHA DE S.PAULO. **Edições de 1º a 31 de maio**. São Paulo: Grupo Folha, 2011.

FOLHA DE S.PAULO. **Novo Manual de Redação**. São Paulo: Publifolha, 1992.

GIRARDI, Giovana; FANZERES, Andreia. **O Código Florestal ao arripio da lei**. Revista unespçiência, São Paulo, n. 13, p.16-23, out. São Paulo: imprensa Oficial, 2010.

MACHADO, Irene. **Gêneros de discursos**. In: BRAITH, Beth. **Bakhtin Conceitos-chave**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Ethos, cenografia, incorporação**. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

MEDEIROS, Roberto. O conhecimento socializado e o papel do Jornalismo no contexto da Divulgação da Ciência. In: SOUZA, M. Cidoval; MARQUES, Nuno e SILVEIRA, Tatiana S. (org.). **A Comunicação Pública da Ciência**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

FOLHA DE S.PAULO. Portal Publicidade. **Perfil do leitor**. Disponível em:

<http://www.publicidade.folha.com.br/web/consultarPerfilLeitor.jsp?p1=FSP&p2=x>. Acesso em 20/03/2011.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. **A ciência para o século XXI** – uma visão e uma base de ação- Budapeste e Santo Domingo, 2003.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131550por.pdf>. Acesso 20/03/2011.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um Tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

WERTHEIN, Jorge. **Crenças e esperanças: avanços e desafios da UNESCO no Brasil**, 2003.

Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001329/132969por.pdf>. Acesso em: 20/03/2011.

Enviado em Dezembro / 2011

Aprovado em Abril / 2012